

O RIO GRANDE DO SUL PRECISA SER MAIS CONHECIDO

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
UNESP — Franca

Não fugindo à linha que sempre caracterizou seus trabalhos, nos quais o rigor científico, a abundância das fontes e ilustrações, a clareza e objetividade são elementos preponderantes e constantes, Corcino Me-deiros dos Santos lança pela Editora Nacional/Pró-Memória/INL (Coleção Brasileira), mais uma valiosa contribuição à historiografia brasileira — **Eco-nomia e Sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII** — ao analisar o processo de integração do Rio Grande do Sul ao mundo atlântico, lusitano, abarcando toda a problemática econômico-sócio-política que se fez presente.

Por ser a colonização uma empresa comercial entende-se o porque de o Rio Grande do Sul ter sido ignorado pelos portugueses nos dois primeiros séculos iniciais, já que a região não produzia em função das necessidades metropolitanas. E, tão somente com a descoberta do ouro nos planaltos centrais de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, além de Paranaguá e Jaraguá, e suspeitando haver minérios naquelas plagas, acrescido da valorização do mar e do gado para abastecimento das áreas mineradoras, é que o Rio Grande do Sul passou a interessar aos coloni-zadores lusos, uma vez que poderia funcionar como área de economia dependente. Daí a vinda de famílias açorianas à região, arranchados em Viamão como nos mostra o A. (p. 23): “o período decisivo para o po-voamento e conquista definitiva do território do atual estado do Rio Gran-de do Sul foi o dos governos do brigadeiro Marcelino de Figueiredo (1769-1780) e do brigadeiro Sebastião da Veiga Cabral e Câmara (1780-1801)”, sendo os indígenas os primitivos habitantes do território, que aldeados pelos jesuítas, tiveram seu primeiro contato com a civilização européia.

Embora o escravo negro numericamente não fosse tão sig-nificativo no Rio Grande do Sul, frente ao que ocorria, por exemplo, no Nordeste “desde o primeiro momento da história gaúcha, ele está presente como componente indispensável” (p. 30).

Por outro lado, aponta o Prof. Corcino que as guarnições militares tiveram enorme influência na colonização rio-grandense, sobretu-do no que tange ao florescimento das povoações e vilas, até porque o po-voamento fora mais de caráter estratégico que econômico naquela área.

Praticamente conforme se depreende do estudo do trabalho em questão, entre as populações da campanha e dos centros urbanos não houve barreira social e o açoriano foi o verdadeiro elemento estabilizador entre o nativo e o militar, responsável, pois, na formação do povo rio-grandense.

Analisa o A. com muita propriedade a evolução, a formação e as características básicas do gaúcho, homem simples nos costumes, dotados de excepcionais qualidades e retidão de princípios, que, ao lado dos muares e dos animais vacuns e cavалares, construiu o Rio Grande do Sul.

Diz ainda que durante todo o século XVIII a arrecadação obtida pela Fazenda Real na área rio-grandense era ínfima, e, só à medida que o comércio lá se desenvolvia, é que houve então a integração efetiva ao patrimônio ultramarino português.

Foi com a produção de trigo e do charque que começou a haver a circulação do dinheiro e a transformação dos portos do Rio Grande e de Porto Alegre que passaram a ter significativo movimento. E, justamente ao final da década dos anos de 1710, com a grave depressão econômica sofrida por Portugal, é que aquela região passou a ser a grande esperança do levantar da economia lusa, uma vez que aí, à guisa de experiência, se desenvolvia a produção do linho-cânhamo, além do anil e da cochonilha. Como salienta o A. (p. 176) “toda essa atividade foi desenvolvida dentro de uma política de fomento agrícola e mercantil que visava à busca de novas alternativas para substituir as importações. Durante o século XVIII, o Rio Grande do Sul foi definitivamente incorporado ao patrimônio ultramarino português e por conseguinte ao mundo lusófilo”.

É ainda importante a contribuição dada pelo Prof. Corcino Medeiros dos Santos ao estimular e apontar nas páginas deste seu livro, vários temas que estão a exigir o trabalho de nossos historiadores sobre o setecentismo brasileiro a fim de que, realmente, possamos melhor compreender o processo de integração dos diferentes segmentos à economia atlântica.